

## **LAGO, PEDRO**

\*dep. fed. BA 1906-1922; sen. BA 1923-1930; dep. fed. BA 1935-1937.

*Pedro Francisco Rodrigues do Lago* nasceu em Santo Amaro (BA) no dia 16 de abril de 1870, filho do senhor de engenho e comerciante Francisco Rodrigues do Lago e de Guilhermina Ferreira de Araújo Lago.

Cursou o primário em sua cidade natal e o secundário no Colégio São José, em Salvador, ingressando em 1886 na Faculdade de Direito do Recife, pela qual se bacharelou em novembro de 1889. De volta a Salvador, iniciou-se no jornalismo em 1890, ano em que também foi nomeado promotor público na comarca de Mata de São João (BA). Encerrou no ano seguinte suas atividades nessa comarca, e de então até 1893 foi primeiro promotor na capital baiana.

Ainda em 1893 foi eleito deputado estadual na Bahia na legenda do Partido Liberal. Deixou a Assembleia baiana em 1895, por ocasião da crise política que se instalou no estado após a licença pedida pelo governador Joaquim Rodrigues de Lima. Por não reconhecer a legitimidade do substituto deste, o barão de Jeremoabo, político monarquista, Pedro Lago declarou-se chefe do governo e solicitou forças federais para garanti-lo no cargo, o que todavia não ocorreu. Passou então a exercer exclusivamente a advocacia até 1906, quando assumiu seu primeiro mandato de deputado federal na legenda do Partido Republicano Baiano. Reeleito para as legislaturas de 1909-1911 e de 1912-1914, participou das reuniões extraordinárias realizadas pela Câmara entre os meses de janeiro e fevereiro de 1915 e foi mais uma vez eleito para outras duas legislaturas — 1915-1917 e 1918-1920 —, durante as quais integrou a Comissão de Finanças.

Militou na imprensa até 1920, tendo fundado na Bahia *O Republicano*, além de ter atuado como redator e diretor do *Diário da Bahia* e como colaborador em vários outros jornais do estado. Em 1921 iniciou novo mandato na Câmara, que interrompeu em 1922, ao ser eleito senador pela Bahia na vaga aberta com o falecimento de Rui Barbosa. Membro da Comissão de Finanças do Senado, foi ainda relator do orçamento dos ministérios do Interior e Justiça e da Agricultura, além de ter emitido diversos pareceres sobre questões financeiras.

Estava cumprindo mandato no Senado quando, em março de 1930, com o apoio de todos os

partidos políticos, foi eleito governador da Bahia em substituição a Vital Soares, que renunciou para concorrer à vice-presidência da República na chapa de Júlio Prestes, candidato de Washington Luís. Entretanto, a Revolução de 1930 inviabilizou sua posse como governador da Bahia. Foi então denunciado junto ao Tribunal Especial, órgão criado pelos revolucionários para averiguar a atuação de membros do regime deposto, conforme foi anunciado pela imprensa em janeiro de 1931, tendo uma comissão de sindicância aprovado o processo que contra ele se instaurou. Exilado na Europa, permaneceu em Berlim até o fim do ano, quando regressou ao Brasil e passou a se dedicar exclusivamente à advocacia.

Com o retorno ao regime constitucional em julho de 1934, candidatou-se a deputado federal pela Bahia no pleito de outubro, sendo eleito na legenda do governador Otávio Mangabeira, que reunia a Liga de Ação Social e Política (LASP) e o Partido Republicano Democrático (PRD), em oposição ao interventor Juraci Magalhães. Foi o deputado mais votado em todo o estado e em maio do ano seguinte assumiu o mandato. Participou da Minoria Parlamentar, bloco interpartidário também chamado Oposições Coligadas, que foi formado na Câmara em janeiro de 1935 e congregava as bancadas dos vários partidos estaduais contrários ao governo de Getúlio Vargas.

A prisão de quatro deputados e um senador, no início do ano seguinte, determinou uma série de reações entre os membros desse grupo. Tentando esvaziar o caso, na sessão de abertura do Congresso, em 3 de maio de 1936, o governo enviou mensagem e projeto de decreto solicitando a suspensão das restrições às imunidades parlamentares. Pedro Lago tentou demonstrar a incongruência da medida e propôs que a Câmara se constituísse em comissão geral para ouvir os detidos. Sua proposta foi, porém, rejeitada. A Minoria Parlamentar desarticulou-se ao final do ano, desaparecendo após a instalação do Estado Novo (1937-1945), quando foram suprimidos todos os órgãos legislativos e os partidos políticos do país. Pedro Lago voltou então a dedicar-se à advocacia na Bahia, transferindo-se em 1941 para o Rio de Janeiro.

Com o início do processo de desagregação do Estado Novo, participou em abril de 1945 da primeira reunião do diretório nacional da União Democrática Nacional (UDN), quando foram nomeadas as comissões para a elaboração do primeiro projeto de estatuto do partido. Na ocasião foi escolhido membro da comissão de orientação política. Em seguida, recusou

o convite para candidatar-se ao Senado na legenda da UDN.

Faleceu no dia 23 de março de 1958.

Era casado com Isabel de Lacerda Lago — filha do proprietário e diretor do Banco da Bahia, o comendador Joaquim Lacerda —, com quem teve dois filhos. Um deles, Renato de Lacerda Lago, foi embaixador do Brasil na Bolívia de 1945 a 1947.

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos; Boletim Min. Trab.* (5/1936); CÂM. DEP. *Anais* (1958, v. 2); CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Relação nominal*; CARONE, E. *República nova*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Diário do Congresso Nacional; Grande encic. Delta*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos; Ilustração Brasileira* (1922); LIRA, A. *Senado*; MELO, A. *Cartilha*; NABUCO, C. *Vida*; SILVA, H. 1931; *Tarde* (16/4/1970).